



RAC - Revista de Administração
Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração
Brasil

Constant Vergara, Sylvia

Réplica 2 - Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da
Administração: Potencial e Desafios

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 15, núm. 4, julho-agosto, 2011, pp. 761-765
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84018975012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Curitiba, v. 15, n. 4,
pp. 761-765, Jul./Ago. 2011



Documentos e Debates:

Réplica 2 - Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios

**Content Analysis as a Qualitative Data Analysis Technique in the Field of
Administration: Potentials and Challenges**

Sylvia Constant Vergara *
E-mail: sylvia.vergara@fgv.br
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

* Endereço: Sylvia Constant Vergara
Praia de Botafogo, 190, sala 533, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, 22258-900.

Durante algum tempo, observei nas aulas de metodologia de pesquisa, com meus alunos, e nos congressos dos quais participo, uma preocupação mais acentuada com a escolha dos métodos de pesquisa. Até onde é possível afirmar, essa preocupação ganhou força na academia sob a forma de discussões e críticas aos métodos de base positivista, que ainda prevalecem no campo da administração. Tais discussões provocaram-me para a realização de pesquisas acerca dos métodos utilizados neste campo. Uma destas pesquisas apontou a prevalência dos métodos tradicionais e permitiu concluir que o uso de métodos alternativos, em estudos organizacionais, exige a construção e a reconstrução de outros referenciais. Exige abrir espaço para a discussão de outras epistemologias (Vergara & Peci, 2003).

Em 2005, percebendo uma lacuna de ordem prática, publiquei o livro *Métodos de Pesquisa em Administração*. Nesta obra, apresentei 22 métodos de pesquisa, entendendo método como um conjunto de regras e procedimentos que aproxima o pesquisador do fenômeno estudado e operacionaliza sua posição epistemológica. Tal como Japiassu (1992, p. 16), entendo epistemologia como “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais”. No livro, ao focar a apresentação no **como fazer**, tive a intenção de mostrar que o rigor, tão ressaltado pelo positivismo, encontra lugar tanto na pesquisa dita quantitativa quanto na qualitativa. A questão é como se expressa o rigor em cada método de pesquisa.

No que diz respeito à réplica ao texto **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**, para cuja realização fui convidada quero, inicialmente, agradecer o convite que muito me honra.

As autoras do texto realizaram um trabalho cuidadoso, a fim de apresentar uma síntese, baseada em diversos autores, do conceito de análise de conteúdo, de sua crescente utilização nos estudos organizacionais com abordagem qualitativa, bem como de suas possibilidades e limitações no campo da administração. Buscaram argumentar, apoiadas na proposta de Bardin (1977), a relevância desta técnica, de influência positivista, como alternativa aos métodos quantitativos. Entendo que se trata de um tema relevante para aqueles que se dedicam ao ensino e pesquisa de administração. Como a academia é local de debates e de provocações, apresento aqui algumas questões, cujas respostas considero válido obter, além de algumas sugestões.

Ao mencionarem que a constituição de novos paradigmas científicos impõe outras **dinâmicas**, nas quais as autoras incluem a análise de conteúdo, seria interessante explicitar o que entendem por dinâmica na referência à análise de dados em pesquisas científicas.

Entendo, também, que ao registrarem enfaticamente estar sendo a análise de conteúdo largamente adotada na área de administração e que pode ser utilizada tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto do qualitativo, seria interessante um levantamento, ainda que breve, em artigos publicados nos principais periódicos e congressos científicos, a fim de comprovar essa afirmação. Outro ponto importante diz respeito à afirmação, provavelmente baseada em alguma pesquisa, embora essa não tenha sido mencionada, de que “muitos se aventuram na sua aplicação [...], porém não a conhecem de fato” (p. 732). Não a conhecem de fato refere-se à técnica em si ou à epistemologia que a sustenta?

Quando afirmam que seu foco é a análise de dados pela técnica análise de conteúdo, o que as autoras querem dizer ao afirmarem que não desconsideram a “importância das etapas anteriores à análise científica de dados”? (p. 733).

Com relação à abordagem qualitativa, na qual as autoras discutem a técnica, sugiro relevante repensar a afirmação de que “o investigador é o instrumento principal” (p. 737). Entendo que o pesquisador constrói as informações resultado de sua interpretação. Ele, portanto, não é instrumento. É parte da pesquisa, pois o conhecimento não pode ser separado daquele que conhece.

Tendo em vista o foco do artigo e o autor principal no qual se apoiam – Bardin (1977) – teria

interpretação e essa subjetividade, pressuposto ideográfico segundo o qual a subjetividade está envolvida no processo de produção do conhecimento.

Concordo que “qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação” (p. 733). Concordo, ainda, tal como as autoras, com a afirmação de Freitas, Cunha e Moscarola (1997), segundo a qual o pesquisador tem de se valer da intuição, da imaginação e da criatividade na definição das categorias de análise, o que implica considerar a subjetividade. Acrescento aqui as considerações de Dartigues (2008), o qual afirma ser a dimensão subjetiva e intencional aquela que precisamente torna os fatos humanos. É importante, então, refletir sobre a relação entre os elementos do agrupamento que constitui as categorias mencionadas por Bardin (1977) e as formas simbólicas, o contexto e a história mencionados por Thompson (1995). Se esses elementos exigem uma interpretação, como se explica a neutralidade como limitação, tal como apontado pelas autoras? A inferência do pesquisador não é **totalmente neutra**, nas palavras das autoras, ou admite-se que não é, realmente, neutra? Do ponto de vista do positivismo, a ausência de neutralidade pode ser considerada uma limitação, mas cumpre considerar outras epistemologias que admitem a subjetividade do pesquisador, o que significa dizer que a ausência de neutralidade é vista como inerente à pesquisa, embora o pesquisador deva guardar certo distanciamento, de modo a não tornar tendenciosos os seus achados. É a esse posicionamento que se referem as autoras, ao afirmarem que, embora o pesquisador não seja neutro, “ele deve procurar interferir minimamente de maneira pessoal”? (p. 740). Qual é a relação entre essa interferência mínima e a interpretação? Seria interessante, também, explicitar o que é interpretação **apropriada**, citada a partir de Thompson (1995).

Ao fazerem referência aos passos da análise de conteúdo segundo Flick (2009), mencionam que se realiza uma síntese da análise de conteúdo por meio da **omissão** de enunciados. Não seria emissão?

Outro ponto: as autoras afirmam que a técnica tem o propósito de ultrapassar o “senso comum do subjetivismo” (p. 736). Não seria **senso comum e subjetivismo**?

Uma questão que merece esclarecimento é a expressão **rigidez inválida**. O que querem dizer com isso?

Sobre o contexto e a história, as autoras afirmam que eles “tornam-se importantíssimos para potenciar a técnica” (p. 739). Sendo assim, e se ela foi gerada sob uma epistemologia positivista, outras bases epistemológicas, tais como a racionalista crítica, a fenomenológica, a histórica, a pós-moderna, a crítica, a da complexidade podem influenciá-la?

Outro ponto que merece reflexão diz respeito às controvérsias que, na visão das autoras, a obra de Bardin (1977) ainda suscita no meio acadêmico. Uma vez que sintetizaram o método, seria interessante enunciar que controvérsias ele tem gerado. Controvérsias por conta da predominância, na área de administração, dos métodos de base positivista?

Sobre o debate contemporâneo em relação ao método, as autoras argumentam que “qualquer posicionamento crítico só é viável diante de conhecimento prévio” (p. 738). Considero pertinente o entendimento de que “O pesquisador que admite a existência de diferentes lógicas de pesquisa, mantendo-se em consonância com o método adotado, denota coerência, revelando grande potencial da pesquisa ao saber explicitar a sua opção metodológica” (p. 739). Essa opção, contudo, deve estar inserir-se em uma determinada base epistemológica. Seria interessante que todos nós apresentássemos esse esclarecimento durante a discussão sobre a utilização de determinada técnica.

Ao mencionarem que o pesquisador não deve “engendrar pelas limitações” (p. 740), o que as autoras entendem por essa expressão?

Flick (2009), dizem as autoras, aponta a necessidade de uma **boa** redação. Seria uma redação lógica, coerente? Também aponta a necessidade de uma **boa** organização dos dados. Seria uma

Informam que a análise de conteúdo sinaliza os seus “limites e falácias subjacentes” (p. 741). A quais falácias as autoras se referem?

O artigo aborda, ainda, a discussão da validade e confiabilidade, consideradas pelas autoras como questões essenciais para a legitimação de uma pesquisa. Eis uma questão delicada. Não é à toa que Gergen e Gergen (2006, p. 373), entre outros autores, têm defendido a “reconceituação do conceito”. As definições utilizadas sobre confiabilidade e validade (de Yin, 2001 e de Richardson, Peres, Wanderley, Correia, & Peres, 1999) atendem e denotam pressupostos positivistas de pesquisa científica com foco quantitativo. Entendo que em pesquisa qualitativa, por admitir-se a subjetividade do pesquisador, a confiabilidade é alcançada pelo pesquisador pelo detalhamento da metodologia que utilizou na pesquisa, enquanto a validação é concedida pelo leitor, na medida em que o texto explicita o esforço de objetivação do pesquisador.

Citando Creswell, as autoras dizem que confiabilidade e generalização desempenham papel menor na pesquisa qualitativa. Generalização analítica também?

A validação dos resultados, dizem as autoras, **culmina** numa exigência. Culmina ou **constitui**? Nesse contexto, elas trazem à tona a triangulação, como um dos recursos para a legitimação. Cabe aqui, então, a observação de que Denzin, na terceira edição de seu livro **The Research Act**, admite que a validade já não é o objetivo principal da triangulação, mas uma abordagem interpretativa (Flick, 2009). Pode-se dizer que, sob a ótica da pesquisa dita quantitativa, a triangulação pode ser considerada uma estratégia para o alcance da validade do estudo. Do ponto de vista da pesquisa dita qualitativa, contudo, ela aparece como alternativa para a obtenção de novas perspectivas, novos conhecimentos. Ainda sobre a validade e a confiabilidade, as autoras citam Richardson, Peres, Wanderley, Correia e Peres (1999), que abordam a produção de medições constantes (confiabilidade) e a produção de **medições** adequadas e precisas para chegar a conclusões corretas (validade). É importante esclarecer o que entendem por **medições** e sua aplicação na análise de conteúdo de base qualitativa.

Para concluir, entendo que o artigo traz *insights* relativos às possibilidades que a pesquisa qualitativa, em geral, e a análise de conteúdo, em particular, podem trazer para os estudos na área de administração. Concordo com as autoras no que se refere às verdades provisórias. Apoiadas em Popper (1992) e em Minayo (2001), elas argumentam que os resultados de um estudo não devem ser vistos como algo definitivo. Eles podem tanto superar conclusões anteriores quanto ser superados por resultados futuros. Como nos lembra Dartigues (2008, p. 79), “nunca alcançamos uma verdade absoluta ou definitiva”. Sendo assim e considerando que a área de administração é, em grande parte, iluminada pela epistemologia positivista e que o uso de métodos alternativos exige a construção e a reconstrução de outros referenciais, não caberia despertar no leitor a inquietação para a busca e a discussão de outras epistemologias, bem como para as aproximações e os distanciamentos entre elas? Deixo aqui essa proposta de reflexão para as autoras e leitores, a fim de que possamos continuar a tarefa de discussão, provocação e disseminação do conhecimento, contribuindo para os avanços na área de ensino e pesquisa de administração.

Referências

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Dartigues, A. (2008). *O que é fenomenologia?* (10a ed.). São Paulo: Centauro.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). São Paulo: Artmed.

Freitas, H. M. R., Cunha, M. V. M., Jr., & Moscarola, J. (1997). Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo (Notas & Comunicações). *Revista de Administração da USP*, 32(2), 67-100.

- Gergen, M., & Gergen, K. (2006). Investigação qualitativa – tensões e transformações. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Japiassu, H. (1992). *Introdução ao pensamento epistemológico* (7a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Popper, K. (1992). *Em busca de um mundo melhor* (3a ed.). Lisboa: Fragmentos.
- Richardson, R. J., Peres, J. A. S. de, Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. H. M. de (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (2a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C., & Peci, A. (2003). Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 10(27), 13-26.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.